

ARTIGO

À LUZ DE DOCUMENTOS E MEMÓRIAS: UMA NOVA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA DOS ARAXÁ – OS INDÍGENAS DA TERRA “ONDE PRIMEIRO SE AVISTA O SOL”

ROBERT MORI

Mestre em Ciências Sociais e Doutor em História pela Universidade Federal de
Uberlândia (UFU). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4445-3530>

RESUMO: Durante os séculos XIX e XX, a história dos indígenas Araxá esteve circunscrita à lenda da Catuíra ou às narrativas dos memorialistas. Todavia, a partir da leitura de fontes documentais do século XVIII, uma nova perspectiva de compreensão da história se tornou possível. Partindo do cruzamento desses documentos com a lenda e os trabalhos dos memorialistas, apoiados em questões relacionadas ao imaginário e na literatura especializada, percebe-se convergências e divergências entre essas narrativas, o que permite não só uma nova interpretação da história, como também uma possível aproximação entre os Araxá e os Kayapó do sul.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas Araxá; Lenda da Catuíra; Memorialistas; Kayapó do sul; História

IN THE LIGHT OF DOCUMENTS AND MEMORIES: A NEW INTERPRETATION OF THE ARAXÁS - THE INDIGENOUS PEOPLE FROM THE LAND "FROM WHERE THE SUN IS SEEN FIRST"

ABSTRACT: During the 19th and 20th centuries, the history of the Araxá indigenous people was limited to the legend of Catuíra or the narratives of the memorialists. However, from the reading of 18th century documentary sources, a new perspective of understanding of history became possible. Starting from the crossing of these documents with the legend and the works of the memorialists, supported by issues related to the imaginary and in specialized literature, we can see convergences and divergences between these narratives, which allows not only a new interpretation of history, but also a possible rapprochement between the Araxá and the southern Kayapó.

KEYWORDS: Araxá Indigenous; Legend of Catuíra; Memorialists; Southern Kayapó; History

Recebido em: 25/02/2021

Aprovado em: 02/07/2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2021v71p208-238>

Araxá, etnotopônimo¹ que batiza um município brasileiro localizado no Alto Paranaíba, estado de Minas Gerais, famoso desde o século XIX pelas águas minerais com capacidades curativas², provavelmente é um termo de origem tupi-guarani utilizado pelos luso-brasileiros durante o período colonial para designar um povo indígena. Seu significado é “lugar alto de onde primeiro se avista o dia” (MONTANDON, 1987, p. 14).

Convém ressaltar que há pouquíssimos estudos no âmbito acadêmico sobre os indígenas Araxá.³ Durante boa parte dos séculos XIX e XX, as versões mais conhecidas sobre a história⁴ desse povo foram aquelas passadas de geração em geração, principalmente pelos moradores araxaenses: a primeira delas, a lenda da Catuíra; a segunda, a gênese dos Araxá⁵, tendo em vista as migrações, guerras e cisões de aldeias indígenas de outros povos (narrada com algumas variações pelos memorialistas).⁶

É importante ressaltar que tanto a lenda da Catuíra, quanto a história escrita pelos memorialistas habitam o imaginário social⁷ da população araxaense. Nas artes é possível perceber tal influência tanto na pintura de autoria do famoso artista plástico Calmon Barreto, intitulada “Execução dos

¹ Topônimo de origem étnica. No caso em questão, referente a um povo indígena.

² Sobre a importância das águas de Araxá no tratamento dos males do corpo e sua consolidação como cidade balneária, ver: LIMA, 2016.

³ Sobre os Araxá do período setecentista, ver: LIMA; MORI, 2012; MORI, 2015.

⁴ Entendemos que a lenda da Catuíra e as narrativas dos memorialistas também podem ser compreendidas como uma versão da história. Entretanto, no decorrer deste artigo, utilizaremos o termo “história” para referirmos àquela contida nas fontes setecentistas.

⁵ Quanto aos nomes dos povos indígenas, optamos por seguir a norma da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), estabelecida na I Reunião Brasileira de Antropologia, no ano de 1953, quando ficou decidido que os etnônimos indígenas não devem ser grafados com flexão de número e gênero, a letra inicial sempre em maiúscula, utilizando preferencialmente as letras “y” e “w” em substituição ao “i” e “u”.

⁶ Sobre as obras dos memorialistas, é perceptível um entrelaçamento entre as memórias de um determinado povo, a visão daqueles autores e mesmo passagens daquilo que vivenciaram, além do uso de algumas fontes documentais (nem sempre devidamente identificadas). Soma-se a isso, a utilização de trabalhos escritos por outros memorialistas anos antes que, lidos e integrados ao texto por possuírem informações consideradas relevantes, acabam gerando ao leitor uma sensação de similaridade entre as obras, mesmo aquelas escritas em intervalo de décadas. As obras dos memorialistas são importantes fontes para os historiadores, pois em alguns casos foram aqueles os pioneiros em escrever a história das cidades, registrando fatos e acontecimentos significativos.

⁷ O conceito de imaginário mostra-se de grande valia para a análise que ora propomos, tanto pela perpetuação da lenda pela oralidade, como também da narrativa dos memorialistas e mesmo nos discursos dos homens dos setecentos constantes nas fontes arquivísticas. Por isso, apoiamos-nos em reflexões como a de Bronislaw Baczko (1991), que afirma que o imaginário não pode ser compreendido como algo irreal, mas entendido como um conjunto de representações globais e ideias-imagens de uma determinada sociedade e que com ela estão relacionadas (BACZKO, 1991). Ele se expressaria através dos discursos, símbolos, representações alegóricofigurativas, crenças e ritos (PESAVENTO, 1995). Sobre o imaginário ver também: NAVARRO-SWAIN, 1994; ESPIG, 1998; CASTORIADIS, 2010.

Araxás”, como nos vitrais do imponente Grande Hotel. Além das manifestações artísticas, percebe-se esse imaginário no nome de estabelecimentos comerciais, ruas e até mesmo produtos, a exemplo, um café tipo exportação produzido na cidade.

Dessa maneira, o presente artigo objetiva analisar as três versões sobre a história dos Araxá: a narrada pela lenda⁸ da Catuíra, a escrita pelos memorialistas e a constante nos documentos da capitania de Goiás⁹ do século XVIII. A hipótese discutida a partir de questões relacionadas ao imaginário social, além de um profícuo diálogo entre as fontes e a literatura especializada – sobretudo as de cunho histórico-antropológico –, é a de que a lenda da Catuíra e os discursos dos memorialistas, quando cotejados com as fontes arquivísticas contêm elementos divergentes e convergentes, que podem fornecer indícios interessantes para pensarmos em uma nova versão para a história dos Araxá setecentistas.

Um triângulo amoroso envolto em desgosto e traição: a lenda da Catuíra

Ao ouvirmos a palavra “lenda”, muitas vezes evocamos seu significado como algo ligado ao irreal, fantasioso, popular, ou que carece de comprovação científica. Entre as narrativas populares como a lenda, o mito, o conto e a fábula¹⁰, percebe-se uma fronteira tênue entre as duas primeiras. Não é nosso intuito promover uma discussão aprofundada entre o mito¹¹ e a lenda. Todavia, algumas questões necessitam ser pontuadas e, por isso, recorreremos às reflexões de Robert Anderson (1996, p. 102), quando ele afirma que há uma

diferença putativa entre lenda e mito: se mito é história sagrada, então lenda é história profana radicada em crença popular. Colocada assim, a distinção revela dois pressupostos da moderna mitologia ocidental. Um pressuposto é que a diferença entre a historiografia por um lado e mito/lenda por outro se baseia na relativa verificabilidade das formas de narrativa. Supõe-se que a historiografia, seja verídica ou não, é sujeita a verificação, enquanto o mito e a lenda, como a ficção, pressupõem uma suspensão de incredulidade sobre a verificabilidade [sic] dos sucessos narrados. Nota-se que este

⁸ Márcia Amantino (2008), em uma obra essencial para se compreender a ocupação do sertão oeste de Minas Gerais, fez uma análise instigante e inspiradora de uma “lenda quilombola”.

⁹ Criada em 1748, a partir da divisão da capitania de São Paulo. O primeiro governador goiano, Dom Marcos Noronha, foi empossado no ano seguinte.

¹⁰ Sobre as definições de lenda, mito, conto e fábula, ver: WEITZEL, 1995.

¹¹ Sobre a definição de mito, ver também: ELIADE, 2006.

pressuposto não diz respeito a fé do transmissor ou receptor na verdade de determinada narração. A lenda, porém, está no limiar deste pressuposto, já que pelo menos alguns dos sucessos são históricos e, por isto, verificáveis. Grande parte do estudo de lendas se dirige a distinguir "fatos" de "ficções" em matéria lendária.

Ao diferenciar a lenda do mito, Antônio Henrique Weitzel (1995) afirma que o conteúdo daquela seria o real, enquanto desse, o sobrenatural; os personagens da lenda seriam humanos, enquanto os do mito, entes sobrenaturais, divinos ou divinizados, como os deuses; por fim, o primeiro gênero narrativo possui por aspecto importante a história e a geografia, enquanto o segundo, transcende a natureza humana, ou seja, está ligado ao sobrenatural.

Assim, podemos pensar na lenda como uma criação de uma determinada cultura, cuja origem exata nem sempre é possível ser determinada; contudo, ao analisarmos o conteúdo desse gênero narrativo, podemos perceber, a partir de indícios, o momento histórico abordado. Como ela foi repassada de geração em geração, lançando mão para isso muitas vezes da oralidade, da memória coletiva, as lendas são passíveis de atualização – a partir da relação entre narrador e receptor –, no decorrer dos anos de sua existência. Desse modo, fatos são modificados, incorporados ou suprimidos, havendo a possibilidade real de que eventos históricos tenham sido a “força motriz” das lendas.

Por isso, entendemos ser importante uma análise que leve em consideração a lenda da Catuíra por ser a mais conhecida narrativa popular sobre os Araxá e também por conter elementos que se assemelham em algumas passagens aos trabalhos dos memorialistas e mesmo das fontes documentais. Nossa preocupação não está direcionada para uma possível veracidade ou falsidade da história narrada na lenda da Catuíra e, por isso, as reflexões de Edmundo O’Gorman (1992, p. 29) são essenciais quando ele afirma que “a inverdade explícita do relato não impede que contenha uma interpretação do acontecimento a que se refere.”

Sobre a lenda da Catuíra, percebe-se nesse gênero narrativo uma forte influência do romantismo indianista. A versão aqui citada encontra-se na obra de Waldir Costa (1987, p. 32) e não há menção a uma data sobre quando ela iniciou. Entretanto, os acontecimentos narrados se desenrolam após a

destruição de Tabuleiro, o primeiro arraial fundado no antigo extremo sul goiano¹² por migrantes da capitania de Minas Gerais que atravessaram as cabeceiras do Rio São Francisco, descobrindo ouro no Rio das Velhas (ou Araguari), na região limítrofe entre as Minas de Goiás e Minas Gerais. Sem documentos que forneçam indícios da data exata desse evento histórico, sabemos que ele ocorreu entre fins dos anos 1730 e início dos anos 1760, quando foi constituído pelos sobreviventes do Tabuleiro, o arraial de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque¹³, atualmente um distrito da cidade de Sacramento – MG.

A lenda trata do amor impossível entre Catuíra e Iboapi: consta que o pajé dos Araxá – indígenas que descendiam dos Cataguá –, tinha “visões terrificantes” sobre o futuro de seu povo. Percebe-se logo de início que a narrativa busca delimitar a ascendência dos Araxá, pois eles se originaram de outro povo indígena que viveu em Minas Gerais (preocupação também dos memorialistas, sobre a qual trataremos adiante), assim como a premonição do chefe espiritual de um evento “traumático” que colocaria em risco a própria existência desse povo.

A presença dos luso-brasileiros em seu território era vista sob a ótica de uma ameaça para os indígenas e, por isso, Tabuleiro deveria ser destruído. O ataque foi comandado por um bravo guerreiro Araxá, cujo nome era Maú: em noite alta, os indígenas invadiram o arraial queimando os ranchos e matando os moradores a golpes de bordunas. Poucos luso-brasileiros conseguiram escapar. É possível perceber que a guerra entre os indígenas e os luso-brasileiros será um elemento presente em todas as narrativas aqui analisadas e, no caso específico da lenda, ela claramente exalta a bravura e a valentia dos Araxá.

Vitoriosos, eles voltaram à aldeia e, pelo bom êxito na guerra, Catuíra, a filha do cacique Andaiá, foi prometida em casamento a Maú. Claramente influenciada pelas histórias europeias, a lenda em questão vincula a vitória em uma guerra à concessão da “mão” da filha do cacique, o que não pode ser

¹² Região correspondente ao atual Alto Paranaíba que, juntamente com o Triângulo Mineiro, entre os anos de 1748 e 1816, foi parte integrante da capitania de Goiás. Posteriormente, ambas foram desanexadas, passando para a jurisdição de Minas Gerais através de um Alvará datado de 04 de abril de 1816 e assinado por Dom João VI (PONTES, 1978).

¹³ Doc.: Carta do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Mello, endereçada ao Rei Dom José, escrita em 12 de abril de 1765. **Revista Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v.26, n.1, jan./jun. 2013. <https://doi.org/10.14393/cdhis.v26i1.19583>

levado em consideração na maioria dos povos indígenas brasileiros, cujo matrimônio é regido, por exemplo, por rígidas regras de casamento.

Desgostoso e em prantos, Iboapi sumiu. Em suas andanças pelo sertão, encontrou um português que vigiava há dias os Araxá: o mestre de campo Inácio Corrêa Pamplona, despachado pelo Conde de Valadares, governador de Minas Gerais. Com várias promessas a Iboapi, Pamplona buscou inteirar-se dos “segredos” dos Araxá. A partir das informações repassadas pelo indígena, a expedição marchou rumo à aldeia que, naquele momento, comemorava a união entre Maú e Catuíra. Sem possibilidade de resistência pela ocasião que vivenciavam, os Araxá são atacados, alguns mortos, os sobreviventes capturados e a aldeia destruída.

Dessa maneira, é perceptível que, na criação da lenda ou mesmo na sua transmissão e atualização, foi dada uma importância a uma história que, a exemplo de muitas outras existentes no imaginário da população brasileira, conta em seu enredo com um amor impossível, a incompreensão do pai da noiva, o casamento da filha com um homem corajoso, a desilusão amorosa e o ódio daquele que foi preterido. O diferencial é que, no caso em questão, tais perspectivas foram utilizadas como “pano de fundo” para narrar uma versão da história dos Araxá.

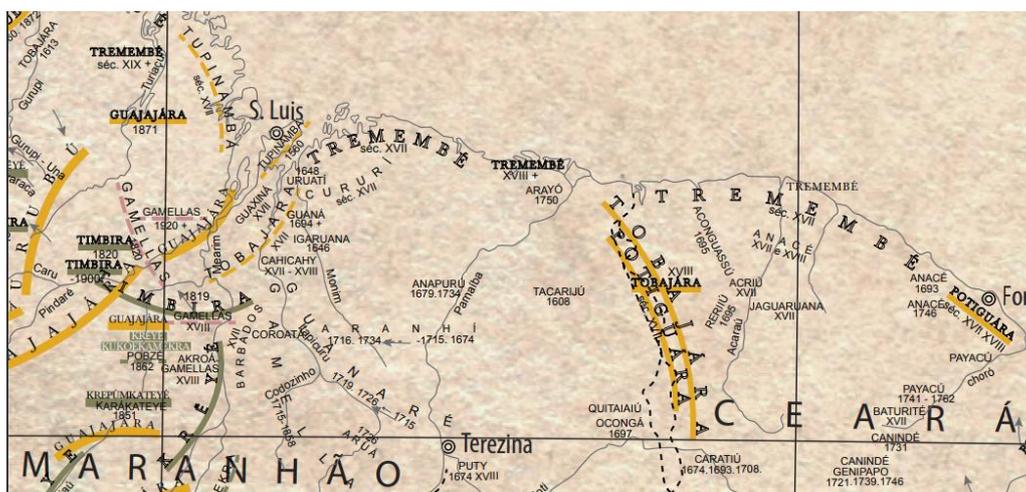
Memórias reveladas: migrações, cisões e guerras na “gênese” dos Araxá

Segundo os memorialistas que se dedicaram a escrever a história dos Araxá, foi Lourenço Castanho Taques o primeiro a mencionar esses indígenas, ainda no século XVII, quando esteve em território do atual estado de Minas Gerais; porém, há uma discrepância entre os autores quanto à data desse evento: o contato que se deu por meio da guerra entre os Araxá e uma expedição liderada pelo mesmo bandeirante, teria ocorrido entre os anos de 1657 e 1675 (SILVA & CARDOSO, 1890?, p. 13; PONTES, 1928a, p. 16; JOSÉ, 1965, p. 15; COSTA, 1987, p. 22; MONTANDON, 1987, op. cit., p.14), ocorrendo quase um século antes daquele descrito na lenda.

É notória uma preocupação excessiva por parte dos memorialistas em buscar a “gênese” dos Araxá. A versão mais corrente é que eles teriam se originado dos Tremembé que habitavam o Ceará e que, ao empreenderem uma migração para sul, teriam chegado ao Rio São Francisco (PONTES, op.

cit., 1928a, p. 17; COSTA, op. cit., p. 21; MONTANDON, op. cit., 13). Nesse mesmo curso d'água, houve uma cisão: uma parte do grupo se dirigiu até às suas nascentes, enquanto outra, caminhando para o oeste, chegou ao vale do Rio Paranaíba, no encontro com o Rio Grande (atual Triângulo Mineiro), subindo o curso desse último (PONTES, op. cit., 1928a, p. 17; MONTANDON, op. cit., p. 13).

Imagem 1. Detalhe do “Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes”, de autoria de Curt Nimuendaju, em que consta o território de habitação dos Tremembé no século XVII – litoral dos atuais estados do Maranhão e do Ceará.



Fonte:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mapa%20Nimuendaju%202017%20vers%C3%A3o%20Jorge%2004092017.pdf> . Acesso: 19/07/2021 às 9h33.

Muitos anos depois – o tempo não é delimitado por nenhum dos memorialistas citados –, o grupo Tremembé que havia ficado nas adjacências do Rio Grande entrou em contato com os Kayapó do sul (PONTES, op. cit., 1928a, p. 17; COSTA, op. cit., p. 22), tradicionais ocupantes de vasta região do Brasil Central, incluindo o Triângulo Mineiro. Da guerra entre esses povos, os Tremembé acabaram impelidos para o leste e, em determinado momento, se encontraram com o grupo Tremembé que havia ficado nas cabeceiras do Rio São Francisco, ocasião em que ocorreu uma guerra (PONTES, op. cit., 1928a, p. 17). Montandon (op. cit., p. 13), entanto, afirma que a contenda ocorreu no vale do Rio Grande. Os Tremembé vencedores ficaram na região de Minas Gerais, enquanto os perdedores transpuseram a Serra da Mantiqueira, fixando-se em

território da atual cidade de Taubaté (PONTES, op. cit., 1928a, p. 17; MONTANDON, op. cit., p. 13).

O grupo Tremembé vencedor passou a adotar o termo “catu-auá” que significa “gente boa”, utilizando-o como autodesignação, posteriormente “corrompido” em Cataguá (SENNA, 1908; PONTES, op. cit., 1928a, p. 17; MONTANDON, op. cit., p. 13). Novamente anos se passaram e os Cataguá guerrearam mais uma vez contra os Tremembé que haviam se deslocado para o vale do Rio Paraíba do Sul, naquele momento aliados ao bandeirante Jacques Félix (considerado o fundador de Taubaté – SP). Vencidos, os Cataguá foram levados a se estabelecerem na atual região centro-oeste de Minas Gerais (PONTES, op. cit., 1928a, p. 18; MONTANDON, op. cit., p. 13).

Com o crescimento populacional dos Cataguá, houve uma cisão e os indígenas ultrapassaram uma serra existente em Bambuí (PONTES, op. cit., 1928a, p. 18; MONTANDON, op. cit., p. 13-4). Montandon (idem) é mais descritiva ao afirmar que foi o chefe Andaia-Bambuí quem separou um grupo, enviando-o para explorar novas terras. Percebe-se um ponto de convergência entre as narrativas: o cacique que deu origem aos Araxá, a partir da cisão dos Cataguá, é o mesmo da lenda, sendo ele também o pai de Catuíra. Ao que parece, a lenda foi uma fonte para que a memorialista escrevesse a sua versão sobre a história dos Araxá, um indicativo importante da contribuição de ambas (lenda e memória) na formulação do imaginário dos moradores sobre os indígenas que deram nome à cidade.

Transpondo uma região de serra (provavelmente a da Canastra), formaram uma aldeia em uma paragem com caça e água abundante e, devido à localidade em que estavam ser mais elevada, o que permitia avistar o dia de forma primeva, passaram a ser conhecidos como Araxá. O território em que habitavam, localizado entre o Rio das Velhas (Araguari) e o Quebra-Anzol, passou então a ser denominado pelos luso-brasileiros como “Sertão dos Araxás”.¹⁴ Convém ressaltar que os memorialistas Silva & Cardoso (op. cit., p.12), além de José (op. cit., p. 15), também afirmaram que os Araxá eram descendentes dos Cataguá; Pontes (op. cit., 1928a, p. 16) e Costa (op. cit., p.21) vão além, afirmando serem os Cataguá indígenas tupi (sem demonstrar nenhuma fonte ou estudo que corrobore tal afirmação). É notório que sem

¹⁴ Ver a Imagem 2.

um vocabulário da língua dos Araxá, tais afirmações ficam no plano da conjectura; entretanto, a região habitada pelos Cataguá, além de boa parte do atual Brasil central era predominantemente ocupada por povos da família Jê.

Na lenda e na narrativa dos memorialistas, é perceptível que os Araxá possuíam uma índole guerreira e, com isso, conseguiram evitar a penetração de outros povos, inclusive dos luso-brasileiros em seu território (PONTES, op. cit., 1928a, p. 18; MONTANDON, op. cit., p. 14; COSTA, op. cit., p. 24). Mesmo conhecidos como guerreiros admiráveis, eles se mostraram, na perspectiva de alguns autores, abertos às alianças bélicas, principalmente com os moradores dos inúmeros quilombos do Sertão do Campo Grande (SILVA & CARDOSO, op. cit., p. 14; COSTA, op. cit., p. 28). Adiante retornaremos a esse assunto.

Por fim, a dizimação do povo Araxá, segundo os memorialistas, se deu pela expedição de Inácio Corrêa Pamplona¹⁵, em 1766 (PONTES, op. cit., 1928a, p. 18; PONTES, op. cit., 1928b, p. 9; SILVA & CARDOSO, op. cit., p. 13; ZEMA, 1998). Pontes (op. cit., 1928a, p. 18) afirma que os Araxá sobreviventes da destruição promovida pela expedição capitaneada pelo mestre de campo acabaram se “miscigenando” com os “brancos”, desaparecendo como povo indígena. Foi somente após essa expedição de Pamplona que a ocupação mais sistemática do “Sertão dos Araxás” – por parte dos luso-brasileiros –, se tornou uma realidade (PONTES, op. cit., 1928b, p. 9).

Quando as fontes documentais revelam outra história

Se a história dos Araxá durante muitos anos foi explicada a partir da lenda da Catuíra e das versões dos memorialistas, uma análise dos poucos documentos¹⁶ produzidos pelo aparelho burocrático colonial (tanto em Goiás, quanto em Portugal), sobre os Araxá, entre os anos de 1749 e 1753, nos permitem compreender outra versão dos fatos até então narrados.

O primeiro documento é uma carta escrita em fins de 1749, de autoria do primeiro governador de Goiás. Na missiva, o dirigente afirmou que já estavam em solo goiano, desde o final do mesmo ano, dois padres jesuítas que

¹⁵ Segundo Laura de Mello e Souza (1999), entre 1764 e 1765, Pamplona já estava percorrendo os sertões localizados a oeste de Minas Gerais, fazendo as suas primeiras “entradas”.

¹⁶ Ao todo são seis documentos, sendo parte deles acondicionada no Arquivo Histórico Ultramarino e outra parte transcrita na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, números 9 e 10, publicadas nos anos de 1980 e 1982. Não utilizaremos todos eles, em virtude da semelhança de conteúdo entre alguns, e citaremos apenas a Revista do IHGG número 9.

aguardavam o sertanista Antônio Pires de Campos, “a quem o gentio Araxá, que vive sobre a passagem do Rio Grande, no Caminho que vai para São Paulo, tem pedido que querem missionário e que querem ser governados por homens brancos.”¹⁷

Antônio Pires de Campos era um afamado sertanista que, desde o ano de 1742, guerreava, mediante um ajuste (contrato) com a Coroa portuguesa – e à sua custa –, contra os indígenas conhecidos como Kayapó do sul.¹⁸ Ele havia sido contemplado com sesmarias na atual região do Triângulo Mineiro e edificou, em 1748, juntamente com os indígenas Bororo e Paresí, além de escravos e mestiços que compunham sua força militar, o aldeamento de Rio das Pedras¹⁹, confinante a um curso d'água de mesmo nome (MORI, 2015).

Na citação do documento, é possível perceber que os Araxá habitavam o vasto território Kayapó do sul.²⁰ Sua aldeia estava estabelecida próxima à passagem do Rio Grande, no Caminho dos Goíases – que ligava São Paulo à Vila Boa²¹ –, então capital da capitania de Goiás. Aqui temos a primeira questão a ser analisada: na versão dos memorialistas, a região habitada pelos Araxá, conhecida como “Sertão dos Araxás”, estava localizada entre os Rios Quebra-Anzol e das Velhas (PONTES, op. cit., 1928a, p. 18; PONTES, op. cit., 1928b, p. 9; SILVA & CARDOSO, op. cit., p. 12).

A lenda da Catuíra se aproxima da perspectiva dos memorialistas na medida em que Tabuleiro foi fundado próximo ao Rio das Velhas (COSTA, op. cit.). Dessa maneira, a aldeia mencionada na documentação em meados dos setecentos não estava distante da região que ficou conhecida como “Sertão dos Araxás”. É necessário ressaltar que os povos indígenas empreendiam migrações após cisões de um grupo, para a construção de novas aldeias, formação de roças e para a caça. Portanto, tendo em vista tais premissas, a aldeia Araxá contatada por Pires de Campos não anula a possibilidade de que o território desses indígenas também englobasse, conforme a afirmação dos

¹⁷ Doc.: Carta do [governador e capitão-general de Goiás], D. Marcos de Noronha, ao rei [D. João V], sobre a chegada de dois padres missionários que juntos com Antônio Pires de Campos farão a redução e aldeamento dos índios Araxás [...]. Vila Boa, 29/12/1749. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Rede Memória - AHU_ACL_CU_008, caixa 5, documento 427.

¹⁸ Sobre a guerra capitaneada por Pires de Campos contra os Kayapó do sul, ver: RAVAGNANI, 1996; MORI, 2015.

¹⁹ Atual cidade de Cascalho Rico – MG.

²⁰ Compreendido “pelo sul e sudoeste do atual estado de Goiás, o atual Triângulo Mineiro, parte do norte de São Paulo, o leste do atual estado do Mato Grosso e leste e sudeste do atual Mato Grosso do Sul” (GIRALDIN, 1997, p.57).

²¹ Atual cidade de Goiás – GO.

memorialistas e da lenda, o sertão localizado entre os Rios Quebra-Anzol e das Velhas.

A questão dos primeiros contatos com os luso-brasileiros, abordada neste item do artigo a partir das fontes documentais, também encontra-se presente nos outros gêneros analisados (a lenda da Catuíra e as narrativas dos memorialistas), ainda que de maneira discordante. Na lenda da Catuíra, tal evento aconteceu a partir da destruição do arraial do Tabuleiro (COSTA, 1987). A data da fundação de Tabuleiro é posterior a 1736 e sua destruição, anterior a 1760, data das expedições lideradas por Bartolomeu Bueno do Prado e Salvador Jorge contra os quilombolas do Campo Grande²² e da criação do arraial de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque.

Entre os memorialistas, as datas são discrepantes: vai de 1657 a 1675, através da expedição de Lourenço Castanho Taques, ocorrendo quase um século antes do que foi narrado nas fontes documentais. A informação sobre essa bandeira de Taques parece ter sido retirada da obra de Diogo Vasconcellos (1904), escrita no início do século XX, sem citar nenhum documento que corrobore tal afirmativa. Não conseguimos encontrar fontes arquivísticas que comprovem essa perspectiva, tampouco documentos de autoria de Inácio Pamplona²³ que narrem algum tipo de contato com os Araxá. Por sua vez, os documentos setecentistas indicam que o contato ocorreu entre os anos de 1748 e 1749, a partir das informações repassadas pelo sertanista Pires de Campos.

Outro ponto importante e necessário a ser discutido é o desejo de aliança dos Araxá com os luso-brasileiros, inclusive propondo a presença de missionários. Mostra-se relevante mencionar também que todas as informações repassadas ao governador sobre os Araxá foram feitas por Pires de Campos. Ele deve ter tido contato com esses indígenas quando expedia e capitaneava “todos os meses bandeiras para uma e outra parte para onde há notícia que anda o dito gentio [Kayapó do sul]”²⁴, objetivando evitar novos

²² Doc.: Carta da Camara de Tamanduá á Rainha Maria I a cerca de limites de Minas-Geraes com Goyaz. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano/Volume 02, 1897. pp. 372-388.

²³ Pamplona fez cinco “entradas” na região oeste de Minas Gerais, sendo a primeira delas em 1765; em 1782, ele atacou aldeias Kayapó do sul. Sobre as entradas de Pamplona, ver: SOUZA, 1999.

²⁴ Doc.: Carta assinada por Ângelo dos Santos Cardoso, secretário de governo do governador e capitão-general de Goiás, D. Marcos Noronha, data de 1749 e constante na Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei Dom José, sobre a carta do governador e capitão-general de Goiás,

ataques aos arraiais e aos viajantes que percorriam o Caminho dos Goíases. Portanto, ele conhecia muito bem a região localizada entre os Rios Grande e Paranaíba, atual Triângulo Mineiro, território dos Kayapó do sul e dos Araxá.

Percebe-se que a aliança com a Coroa portuguesa foi uma proposta que partiu dos Araxá, evidenciando a agência indígena²⁵: talvez eles estivessem enfrentando dificuldades no sertão, possivelmente derivadas do ataque de expedições de apresamento ou da guerra contra outros povos indígenas. A aliança pode ter sido entendida como um mal menor, conforme as reflexões de Maria Regina Celestino de Almeida (2003) sobre o protagonismo dos indígenas aldeados no Rio de Janeiro.

É possível perceber que o pacto tanto esteve presente na lenda da Catuíra: o caso isolado de Iboapi e a expedição de Inácio Pamplona; quanto no trabalho dos memorialistas – entre os Araxá e os quilombolas para a destruição de Tabuleiro (SILVA & CARDOSO, op. cit., p. 14; COSTA, op. cit., p. 28). Ainda que por motivos diferentes (sejam eles de caráter particular ou de um grupo), as narrativas sobre os Araxá demonstram que esses indígenas se mostravam “abertos” às alianças, conforme os seus próprios interesses.

Retomando a fonte setecentista, após o pedido de aliança dos Araxá, o governador goiano chamou Pires de Campos até Vila Boa para acompanhar os dois padres. Os religiosos partiriam com o sertanista para

cuidarem da redução deste gentio, fazendo logo diligência pelo aldearem, que se julga que eles não terão dúvidas. A parte mais a propósito para a criação desta aldeia é junto ao Rio das Velhas, porque com ela se segurar melhor aquele Caminho [dos Goíases] e ficasse menos exposto às hostilidades que nele tem feito repetidas vezes o gentio Kayapó.²⁶

Os membros da Companhia de Jesus possuíam uma larga experiência na criação de aldeamentos e catequese durante o período colonial (ZERON, 2011). A criação desses aldeamentos para os povos indígenas recém-

[Conde dos Arcos], D. Marcos de Noronha, acerca do requerimento do coronel Antônio Pires de Campos [...] Lisboa, 14/11/1750. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Rede Memória - AHU_ACL_CU_008, caixa 6, documento 456.

²⁵ Sobre o conceito de agência ver: ORTNER, 2007; sobre o protagonismo e a agência indígenas, ver: SANTOS; FELIPPE, 2016.

²⁶ Doc.: Carta do [governador e capitão-general de Goiás], D. Marcos de Noronha, ao rei [D. João V], sobre a chegada de dois padres missionários que juntos com Antônio Pires de Campos farão a redução e aldeamento dos índios Araxás [...]. Vila Boa, 29/12/1749. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Rede Memória - AHU_ACL_CU_008, caixa 5, documento 427.

contatados objetivava a transformação deles em novos fiéis para a Igreja Católica, em potenciais súditos para o rei de Portugal e mão de obra para os luso-brasileiros. O núcleo indígena a ser criado para receber os Araxá teria a mesma função de Rio das Pedras, seu vizinho próximo: a guerra e a defesa do território goiano contra os ataques dos Kayapó do sul. Assim, aos Araxá seria garantida a proteção da Coroa portuguesa; logo, os homens seriam empregados como guerreiros, auxiliando os Bororo, Paresí, além de negros e mestiços capitaneados por Pires de Campos.

Outro fator que influenciou na escolha do local – a região entre os Rios Grande e Paranaíba –, era a existência, no sítio próximo ao Rio das Velhas, de “todas as comodidades que costumam agradar aos gentios, como seja abundância de caça, de peixe, muitos cocos e todas as mais frutas silvestres que eles usam e o país é abundante”²⁷, elementos importantes para a subsistência dos indígenas aldeados e que poderiam complementar a sua dieta, garantindo a sempre desejável economia (por parte do governador) de recursos da Fazenda Real de Goiás em seu sustento.

Ao padre José de Castilho foi determinado que “fizesse logo casas, uma capela e plantasse roças para que no tempo que se recolhesse o gentio achasse logo mantimentos e tudo mais o que lhe fosse necessário. Estando a maior parte destas obras feitas, em que se despenderam da Fazenda de Vossa Majestade oitocentas e uma oitavas de ouro.”²⁸ A edificação desse núcleo indígena não diferia dos demais existentes na América portuguesa. Demandou um considerável investimento da Fazenda Real para que o primeiro aldeamento sob influência direta da Coroa portuguesa criado na capitania²⁹ goiana pudesse garantir a mínima comodidade aos Araxá. Em aproximadamente um ano, as obras estavam conforme aquilo que havia sido determinado, demonstrando o empenho do governador e do padre nessa aliança em que convergia tanto os interesses dos indígenas quanto os da metrópole.

²⁷ Doc.: Carta do [governador e capitão-general de Goiás, conde dos Arcos], D. Marcos de Noronha, ao rei [D. José], sobre o aldeamento dos índios pelos missionários da Companhia de Jesus. Vila Boa, 24/01/1751. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Rede Memória - AHU_ACL_CU_008, caixa 6, documento 465.

²⁸ Op.cit.

²⁹ Rio das Pedras foi um aldeamento de iniciativa particular, edificado e mantido por Pires de Campos, sendo criado quando Goiás ainda estava subordinada a São Paulo.

Entretanto, em fins de 1750, o governador de Goiás endereçou uma missiva ao padre José de Castilho, o responsável pela criação do aldeamento dos Araxá. Não é mencionada a presença do outro padre jesuíta nas fontes. Em tom de lamento, Dom Marcos Noronha afirmou que não duvidava do

grande desprazer q' cauzará a V. Rvdma. Esta carta porque a maltrata a que ella se dirige, hé bem contra o suposto, e destróe por agora todos os discursos que fizemos o anno passado e faz com q' fique baldado todo o trabalho que incansavelmente V. Rvma. tem tido [...] a noticia q' nos deo Antonio Pires de Campos, de q' o gentio Arachás q' vivia nas cabeceiras do Rio grande se queria aldear; passados alguns mezes depois de V. Rma. haver partido desta Va. Recebi um aviso do mesmo Antonio Pires de Campos q' a nação Arachá estava totalmente extinta pelo cayapó q' não contente da grande mortandade q' lhe havia feyto, lhe captivou todo o resto da gente q' lhe ficava, q' hoje se achão nas suas aldeias obrigados a mais rigorosa gravidade.³⁰

As condições físicas do aldeamento que estava sendo construído para os Araxá no momento do ataque Kayapó do sul foram descritas pelo governador:

huma aldêa couza notável, não hé com grande abundancia de mantimentos, mas com muitas fructas, e todos os mais regalos que pemite a abundancia daquele certão, boas cazas p.a assistência dos Pes. [padres], Capela para dizerem missa, muitas e largas acomodações p.a os índios, porque ainda que fossem duzentos cazaes todos poderão viver sem aperto. Tudo isto [...] está feyto com gde. trabalho do Pe.[José de Castilho] e com não menos despesas da Fazenda Real e não havendo qm. habite estas cazas e cultive estes campos, ficarão se não perdido, ao menos em grande deterioração.³¹

O esforço do padre José de Castilho e do governo goiano corria o risco de ser malgrado em virtude de um evento: o desmantelamento dos Araxá após um ataque dos Kayapó do sul. É necessário ressaltar uma passagem do trecho citado e escrito pelo governador que afirmou que os Araxá habitavam as “cabeceiras do Rio Grande”. Provavelmente ele se enganou, uma vez que a nascente desse rio encontra-se muito distante do atual Triângulo Mineiro, na

³⁰ Doc.: Carta de 28 de dezembro de 1750, de D. Marcos de Noronha ao Pe. José de Castillo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**. Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980. pp. 123-5.

³¹ Doc.: Carta de 16 de março de 1751, de D. Marcos Noronha ao Pe. Bento Soares. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**. Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980. pp. 130-1.

Serra da Mantiqueira, sul de Minas Gerais. Ou Dom Marcos Noronha cometeu um equívoco, querendo dizer que as “cabeceiras” na verdade eram as do Rio das Velhas (o que nos parece mais lógico), ou as nascentes do Rio Grande, por desconhecimento dos homens dos setecentos, estavam identificadas próximas ao Caminho dos Goiaes. Em carta posterior, o mesmo governador escreveu: “o gentio Arachás que vivia sobre a passagem do Rio Grande no caminho que vai para São Paulo”³², sem mencionar as cabeceiras de nenhum curso d’água.

O aldeamento construído para os Araxá, batizado com o nome de Santa Ana do Rio das Velhas³³, não foi abandonado.³⁴ Sob a responsabilidade do mesmo padre José de Castilho, a partir do ano de 1750, recebeu indígenas Guarani dos arredores de São Paulo, uma parte dos Bororo e Paresí de Rio das Pedras, além dos Kurumarê, Karajá, Javaé e Tapirapé da Ilha do Bananal; por fim, em 1775, um contingente considerável de Xakriabá, do antigo norte goiano, atual Tocantins (MORI, op. cit.).

Imagem 2. Localização do “Sertão dos Araxás”, aldeia Araxá e aldeamentos com as respectivas datas encontradas nas fontes setecentistas.



Fonte: Organização e produção do autor a partir do “Mapa da hidrografia de Minas Gerais”, do

³² Doc.: Carta do [governador e capitão-general de Goiás, conde dos Arcos], D. Marcos de Noronha, ao rei [D. José], sobre o aldeamento dos índios pelos missionários da Companhia de Jesus. Vila Boa, 24/01/1751. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Rede Memória - AHU_ACL_CU_008, caixa 6, documento 465.

³³ Atual cidade de Indianópolis – MG.

³⁴ Sobre os vestígios arqueológicos encontrados no provável local do aldeamento e cotejados com a documentação setecentista, ver: RODRIGUES et.al., 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Disponível no site: <http://www.mapas-brasil.com/minas-gerais.htm> – Acesso em 27/12/2020 às 14h17.

Ao final do documento citado é possível perceber com mais detalhes como se deu o ataque dos Kayapó do sul, responsáveis por promoverem “tal hostilidade aos gentios Arachás que não só lhe fizeram uma grande mortandade, mas depois lhe cativaram todas as mulheres e crianças as quais levaram para o seu alojamento [aldeia] para as comerem, porque sempre que tem ocasião se sustentam de carne humana.”³⁵ O evento que culminou no desmantelamento dos Araxá – a guerra intertribal³⁶ –, foi uma ação, segundo Pires de Campos, dos Kayapó do sul, indígenas contra os quais o sertanista guerreava há quase uma década.

O ataque desse povo indígena aos Araxá resultou na morte dos homens e na captura das mulheres e crianças para serem “devoradas”. Todavia, a suposta antropofagia dos Kayapó do sul precisa ser problematizada, pois os povos da família Jê não praticavam tal ritual. Informações como estas eram recorrentes no imaginário e na documentação setecentista e objetivavam criar uma imagem “bárbara” dos povos indígenas que atacavam os luso-brasileiros, como forma de legitimar a guerra justa³⁷, que permitia a captura dos sobreviventes dos ataques às aldeias dos povos considerados inimigos da Coroa portuguesa, inserindo-os na sociedade colonial como escravos.

Assim, na história, o evento do desmantelamento dos Araxá ganhou contornos diferentes da lenda e da narrativa dos memorialistas: não como fruto da ação de alguma expedição de Inácio Corrêa Pamplona (PONTES, op. cit., 1928a, p. 18; PONTES, op. cit., 1928b, p. 9; SILVA & CARDOSO, op. cit., p. 13; ZEMA, op. cit., p. 7), mas sim por um ataque de outro povo indígena. Um ponto de convergência, por sua vez, é a existência de sobreviventes Araxá: na história, inseridos na aldeia Kayapó do sul; na lenda da Catuíra e no relato do memorialista Pontes (op. cit., 1928a, p. 18), incorporados na sociedade colonial

³⁵ Doc.: Carta do [governador e capitão-general de Goiás, conde dos Arcos], D. Marcos de Noronha, ao rei [D. José], sobre o aldeamento dos índios pelos missionários da Companhia de Jesus. Vila Boa, 24/01/1751. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Rede Memória - AHU_ACL_CU_008, caixa 6, documento 465.

³⁶ Entende-se a guerra intertribal, no contexto deste artigo, como aquela praticada entre povos indígenas; a interétnica, entre indígenas e não-indígenas.

³⁷ Sobre a guerra justa, ver: FARAGE, 1991; PERRONE-MOISÉS, 1992; FREITAS, 2014.

que invadia e ocupava o “Sertão dos Araxás” paulatinamente em busca de sesmarias para a formação de fazendas.

Problematizar (ainda) é preciso: migrações, gênese e os primeiros contatos com os luso-brasileiros

Conforme demonstrado, na lenda da Catuíra percebemos a ligação histórica entre os Cataguá e os Araxá; entretanto, nos trabalhos já citados dos memorialistas, percebemos um antepassado a mais no seguinte esquema de “transmutação” indígena: Tremembé – Cataguá – Araxá (PONTES, op. cit., 1928a, p. 17; COSTA, op. cit., MONTANDON, 1987). Silva & Cardoso (1890?) e José (op. cit., p. 15), por sua vez, apontam somente a ligação entre os Cataguá e os Araxá, não mencionando os Tremembé.

Sobre os Tremembé, o tempo da possível migração deles, que saíram de uma região próxima ao litoral do atual Nordeste brasileiro para o Cerrado, nas cercanias do Rio São Francisco, não é especificado em nenhum trabalho dos memorialistas que apontam tal ligação histórica (PONTES, op. cit., 1928a, p. 17; COSTA, op. cit., p. 21; MONTANDON, op. cit., 13). Nelson de Senna (op. cit., p. 187), todavia sem citar fontes, afirma que a contenda entre os Tremembé e os Cataguá ocorreu no século XVII. Por sua vez, na lenda da Catuíra, é mencionada a existência dos Araxá 200 anos antes da destruição do Tabuleiro (COSTA, op. cit., p. 33). Portanto, essa possível migração teria ocorrido, no mínimo, durante o decorrer do século XVI. Também não é apontada pelos memorialistas a data da adoção, por parte dos Tremembé, do termo “catuauá” que, por corruptela, transformou-se em Cataguá.

Sobre os Cataguá, há alguns documentos que tratam da existência desses indígenas. Em um deles, que versa sobre a descoberta das Minas de Sabarabuçu (Minas Gerais) pelos paulistas, em 1695, há a informação de que elas ficavam no “Reino dos gentios chamados Cataguases”.³⁸ Em sua tese, Maria Leônia Chaves de Resende (2003, p. 33) afirmou que os “Cataguases parecem ter sido mesmo um dos primeiros grupos indígenas a contactarem os paulistas em suas expedições nos territórios mineiros.” Segundo Renata

³⁸ Doc.: Memórias cronológicas, que dizem relação ao q forão inviados a Cidade de S.Paulo para descobridores de Minas de ouro de Sabarabuçu [...]. São Paulo, 20/12/1766. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Rede Memória – I-30, 24, 3.

Silva Fernandes (2010), porém sem citar fonte, os Cataguá ocuparam as regiões sul, oeste e centro-oeste de Minas Gerais e pertenciam ao tronco linguístico Macro-Jê. Por sua vez, os memorialistas Pontes (op. cit., 1928a, p. 16) e Costa (op. cit., p. 21) afirmam que os Araxá eram um povo tupi. Sobre os Tremembé, povo que atualmente vive no estado do Ceará, ainda hoje não há muita certeza sobre seu aspecto linguístico.³⁹

Assim, mostra-se uma tarefa bastante espinhosa qualquer tentativa de se estabelecer as datas dessas migrações, cisões, ou uma possível “gênese” dos Araxá, sem o auxílio e análise de fontes, sejam elas arquivísticas, materiais (por exemplo, as arqueológicas) ou mesmo orais (a memória ou, principalmente, o estudo da língua). Da mesma forma, mostra-se temerário tentar classificar os Araxá como sendo um povo tupi ou pertencente ao tronco Macro-Jê, sem a análise de um vocabulário histórico, pois, ao que parece, sua língua está extinta. Adiante apresentaremos nossa hipótese a respeito.

Se considerarmos a distribuição geográfica Macro-Jê (URBAN, 1992), perceberemos que o território dos Araxá coincide com a ocupação de povos desse tronco linguístico (principalmente os da família Jê), ocupantes do Cerrado e Caatinga e suas devidas transições. Entretanto, não podemos nos esquecer da presença de povos falantes de outras línguas, inclusive o tupi, em regiões de Cerrado, como os Avá-Canoeiro (PEDROSO, 1994) e os Tapirapé, o que inviabiliza qualquer assertiva sobre uma classificação dos Araxá.

Ainda nos apoiando nas reflexões de Greg Urban (op. cit.) sobre a origem dos antepassados dos povos Macro-Jê, ela pode estar relacionada a um foco de dispersão na região Nordeste. Um segundo elemento está relacionado à região das nascentes do Rio São Francisco que, juntamente com o Planalto a leste do Brasil seria uma provável área de origem dos ancestrais históricos das famílias Jê (URBAN, op. cit.). Tais perspectivas – guardadas as devidas proporções e sem a comprovação no caso dos Araxá –, coincidem com as narrativas dos memorialistas, uma vez que origem desse povo se deu a partir da migração dos Tremembé do Nordeste em direção ao sul, tendo as cabeceiras do Rio São Francisco um papel importante na cisão desse mesmo povo que, posteriormente, se “transmutaria” em Cataguá e Araxá.

³⁹ Fonte: Povos Indígenas no Brasil: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Trememb%C3%A9> . Acesso: 30/12/2020 às 12h22.

Sobre os trabalhos dos memorialistas, ressaltamos ainda uma característica que nos chama a atenção: as reflexões de autoria de Hildebrando Pontes sobre os indígenas de Minas Gerais, se assemelham muito às de Nelson Senna (op. cit.), no texto intitulado “Os índios do Brasil”, publicado em 1908. É possível perceber que, tanto Hildebrando Pontes quanto Nelson Senna, se inteiravam de forma bastante satisfatória e interessante das discussões sobre a história indígena e a etnologia brasileira de fins do século XIX e início do século XX, apontando as divisões geográficas, as possíveis classificações em “grupos etnográficos”, os povos indígenas então existentes, além de dialogarem com as produções da época.⁴⁰

Obviamente, todas elas hoje encontram-se datadas, ultrapassadas com a evolução da pesquisa científica no campo histórico. Todavia, as reflexões desses homens evidenciam um determinado momento da história e demonstram a preocupação deles em pesquisar e escrever suas versões para a história dos indígenas no Brasil – apesar de que muitas vezes seus trabalhos denotem uma visão fatalista e os indígenas sejam vistos como “atrasados” ou mesmo uma barreira ao avanço da “civilização”.

Memórias e documentos: indícios que se entrecruzam

Passagens da lenda da Catuíra e das narrativas dos memorialistas, ao serem confrontadas com as fontes documentais acabam evidenciando algumas semelhanças com a história do povo considerado o “algoz” dos Araxá: os Kayapó do sul. Dessa forma, a destruição do arraial do Tabuleiro, o uso de um determinado tipo de arma de guerra, as formas de aliança e de contato, a estratégia de guerra e o território, todos eles descritos como característicos dos Araxá, serão o foco de nossa análise.

As primeiras reflexões serão direcionadas à dizimação do Tabuleiro: na lenda da Catuíra, o ataque foi comandado por Maú, cujos guerreiros Araxá

⁴⁰ Pode-se pensar que as reflexões de Senna, publicadas exatos 20 anos antes dos trabalhos de Pontes, influenciaram a produção desse último autor. Porém, Senna, quando fez a indicação de pesquisadores que estudavam os indígenas em Minas Gerais, citou o nome de Hildebrando Pontes, um indicativo de que eles se conheciam e, talvez, até se correspondiam. Somente pela data de publicação de uma obra não é possível afirmar que Pontes tenha sido influenciado pelo artigo de Senna, uma vez que, aos se corresponderem – muito provavelmente por cartas –, há a possibilidade inclusive de trocas de informações entre os pesquisadores. Há também uma distância a ser levada em consideração: o espaço de tempo entre a escrita de um trabalho e sua publicação sob a forma de livro ou artigo.

foram os responsáveis pelos incêndios dos ranchos e pela morte de parte da população luso-brasileira que habitava o arraial (COSTA, op. cit., p. 32). Por sua vez, em um documento oitocentista é possível ler na parte destinada à história do Desemboque, que os luso-brasileiros saídos de Minas Gerais nos anos 1730, foram os responsáveis pela “primeira habitação no lugar denominado Tabuleiro [...] sendo os mesmos atacados e mortos pelo gentio da nação Kayapó”.⁴¹ Corrobora com essa perspectiva os autores da carta da Câmara de Tamanduá à rainha D. Maria I, que afirmaram que os moradores do Tabuleiro “arranchados e passando a entrarem ao Rio das Abelhas [das Velhas ou Araguari] [...] [foram] acometidos dos gentios coyapó com a morte de cinco companheiros que foram assados e comidos”.⁴² Até aqui as fontes arquivísticas apontam para a destruição do arraial ocasionada por um ataque dos Kayapó do sul, ao contrário da lenda da Catuíra, que credita tal evento aos Araxá.

Costa (op. cit., p. 28), agora a partir de suas reflexões como memorialista, aponta a união entre os Araxá e os quilombolas na destruição desse incipiente núcleo populacional. Retornemos novamente às fontes: quando ocorreu a destruição de Tabuleiro, os sobreviventes do ataque percorreram o “caminho das Perdizes” “sendo accomettidos insidiosamente dos mesmos calhambolas [e] em huma noite abrazada a povoação matarão dezaseis companheiros”.⁴³ Em um mesmo documento é possível perceber dois eventos: o primeiro ataque ao Tabuleiro realizado pelos Kayapó do sul; e o segundo, pelos “mesmos calhambolas”⁴⁴, deixando transparecer uma possível aliança entre os indígenas e os quilombolas.⁴⁵

⁴¹ Doc.: Ofício do ex-ouvidor-geral de Goiás, Manuel Joaquim de Aguiar Mourão, ao governador e capitão-general de Goiás D. Francisco de Assis Mascarenhas [...]. Vila Boa, 30/12/1804. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Rede Memória - AHU_ACL_CU_008, caixa 48, documento 2776.

⁴² Doc.: Carta da Camara de Tamanduá á Rainha Maria I a cerca de limites de Minas-Geraes com Goyaz. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano/Volume 02, 1897, p. 378.

⁴³ Doc.: Carta da Camara de Tamanduá á Rainha Maria I a cerca de limites de Minas-Geraes com Goyaz. op. cit.

⁴⁴ Calhambola era um termo bastante recorrente nos documentos do século XVIII em Minas Gerais para designar os moradores dos quilombos ou os “escravos fugitivos, independentemente de preencherem o critério legal de associação com quilombos” (RAMOS, 1996, p. 188).

⁴⁵ Sobre as alianças entre indígenas e quilombolas na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, ver: ALVES, 2017.

Nas três versões (lenda da Catuíra, fontes arquivísticas e narrativa dos memorialistas), a destruição do Tabuleiro foi obra somente dos indígenas ou deles e de seus aliados. Além disso, as mortes, o uso do fogo (em uma noite “abrasada”) como estratégia de guerra, possíveis alianças e a existência de sobreviventes são elementos que convergem nos diferentes gêneros narrativos. Ainda nas fontes documentais, encontra-se presente a já discutida retórica da antropofagia dos Kayapó do sul, elemento não citado na lenda da Catuíra ou na narrativa do memorialista.

Há outro elemento convergente no ataque ao Tabuleiro: consta na lenda da Catuíra que os luso-brasileiros foram mortos pelos Araxá a golpes de bordunas. O sertanista Pires de Campos (1976, p. 182), na década de 1720, descreveu que além dos arcos muito grandes e das flechas grossas e compridas, os Kayapó do sul usavam uns “garrotes”, descritos como “um páu de quatro ou cinco palmos com uma grande cabeça bem feita, e tirada, com os quais fazem um tiro em grande distância, e tão certo que nunca erram a cabeça”. Em 1735, nas adjacências da capital de Goiás, houve a morte de dois escravos que estavam derrubando uma mata para a feitura de roças. Eles vieram a óbito após serem acometidos “com duas porretadas na cabeça e o porrete com que se lhe dera ao pé, que sendo mostrado a pessoas experientes e sertanistas, disseram ser de gentio Kayapó”.⁴⁶

É evidente que outros povos indígenas também utilizavam as bordunas, como os tupi, ou mesmo outros povos da família Jê, como os Kayapó do norte ou os Xavante. Ela não era, portanto, uma exclusividade dos Kayapó do sul. Todavia, há um elemento a mais que se mostra importante para nossa análise: o ataque com a arma indígena descrita se deu no vasto território Kayapó do sul. Convergem, assim, território e armas indígenas dos povos Araxá e Kayapó do sul.

Convém salientar que a forma de contato dos Araxá com os luso-brasileiros, segundo os memorialistas, foi baseada na guerra, o que impediu a penetração e ocupação do seu território pelos luso-brasileiros por vários anos (PONTES, op. cit., 1928a, p. 18; MONTANDON, op. cit., p. 14; COSTA, op. cit., p. 23-

⁴⁶ Doc.: Carta do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva ao rei [D. João V], sobre as hostilidades dos índios Caiapós nos descobertos de Pilões e Tocantins [...]. Goiás, 02/09/1735. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Rede Memória - AHU_ACL_CU_008, caixa 1, documento 17.

4). Tal atitude se assemelha aos Kayapó do sul, cuja mediação com o mundo exterior era feita a partir da guerra (MANO, 2012), assim como a outros povos da família Jê no século XVIII (MORI, 2020).

Por fim, mais um ponto converge entre a narrativa de uma memorialista e um evento documentado nas fontes do século XVIII (relacionado à atividade bélica intertribal). Trata-se da guerra entre os grupos Tremembé após a cisão – considerados pelos memorialistas os antepassados dos Araxá –, pois ela ocorreu, segundo Montandon (op. cit., p.13), no vale do Rio Grande, região em que estava situada a aldeia Araxá em meados do século XVIII e que desejava se aliar à Coroa portuguesa, cuja população (em parte) sucumbiu ao ataque dos Kayapó do sul.

Mais algumas (possíveis) considerações

Devemos entender a lenda da Catuíra e mesmo as narrativas dos memorialistas, ambas contendo um elemento vital para sua preservação – a memória coletiva⁴⁷ –, como frutos do imaginário de uma sociedade – no caso em particular, principalmente a araxaense. Tal premissa a respeito do imaginário social é válida também para a narrativa do desmantelamento dos Araxá e a suposta antropofagia dos Kayapó do sul, escrita pelos não-indígenas dos setecentos. Ao contrário dos documentos históricos que “congelam” o evento – ainda que as interpretações decorrentes de suas leituras possam variar de pesquisador para pesquisador –, a memória é atualizada (pelo menos até o momento em que elas são registradas em papel, como foi o caso das fontes produzidas pelos memorialistas e mesmo a lenda da Catuíra).

Contudo, questionamentos que vieram à tona no decorrer da pesquisa podem ser úteis para se conjecturar alguns elementos importantes para

⁴⁷ Lançando mão neste momento das reflexões de Norberto Luiz Guarinello (2004, p. 29) que afirma que a memória “É, ao mesmo tempo, uma habilidade natural e uma construção social, uma atividade, um trabalho que dá sentido ao trabalho morto que compõe o palco da vida. A memória, individual ou coletiva, não é um repositório passivo, mas ativo, atuante, um imenso produto cultural. Memória é o vínculo, material ou ideal, entre passado e presente que permite manter as identidades a despeito do fluxo do tempo, que permite somar os dias de modo significativo. É ela que dá sentido ao presente. É essencial tanto para indivíduos como para a sociedade ou para grupos dentro dela. Seu contrário, a amnésia, tanto individual como social, corresponde à inação quase absoluta. Não existe ação que não seja calcada na memória. Mas memória não é apenas um recurso que possibilita a ação. É uma poderosa estrutura, um instrumento para o agir social e, portanto, uma fonte de poder.” Sobre a memória coletiva, ver também: HALBWACHS, 2004.

pensarmos não só no surgimento, como na perpetuação dessa memória coletiva sobre os Araxá a partir dos eventos históricos desenrolados na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Quando ocorreu o ataque Kayapó do sul aos Araxá, essa região era bastante percorrida por viajantes que iam para Vila Boa ou para São Paulo, inclusive pousando nos ranchos existentes nos aldeamentos de Rio das Pedras ou Santa Ana do Rio das Velhas para descanso das longas viagens. Teriam sido esses viajantes, ao escutarem a história do ataque aos Araxá, os responsáveis por repassar tal narrativa adiante por meio da oralidade? Ou talvez os indígenas aldeados entre os Rios Grande e Paranaíba e depois dispersados dessa região com a extinção e a invasão das terras dos aldeamentos no século XIX? Ou os moradores do Desemboque, “filhos” do Tabuleiro e os responsáveis, após a decadência daquele arraial, pela formação de diversos outros núcleos populacionais que depois se transformaram em cidades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, como Araxá? Ou então, o próprio Pamplona, tentando garantir para si, já que “nunca foi flor que se cheirasse” (SOUZA, op. cit., p. 132), mais um evento “glorioso” em sua biografia de sertanista?

Tentar elucidar essa questão seria como procurar uma agulha em um palheiro, mas são possibilidades a serem levadas em consideração. O evento histórico ocorreu – o desmantelamento dos Araxá – e memórias desse acontecimento foram paulatinamente “construídas”. O quão “atualizadas” elas foram é algo muito difícil de ser mensurado. Em um determinado momento essas memórias ganharam as páginas dos livros, se tornando não só versões de uma história, mas também fontes para os historiadores.

Dito isso, nosso intuito foi demonstrar (após uma análise que levou em consideração as concordâncias e discordâncias das narrativas abordadas), que não se pode menosprezar ou diminuir a importância da lenda e dos trabalhos dos memorialistas quando comparados às narrativas constantes nas fontes arquivísticas. Analogamente a produtos de determinadas sociedades – do século XVIII, XIX ou XX –, elas guardam as visões de mundo de quem as narrou ou escreveu.

Contatos, guerras e suas estratégias, dizimação, uso de armas, território, alianças, a presença de sobreviventes, enfim, vários desses elementos ora confluíam ora divergiam, mas um ponto é fundamental: eles estavam presentes nas narrativas aqui analisadas e demonstram a interpretação de

um evento histórico. Mais do que isso, essas fontes (a lenda da Catuíra, as obras dos memorialistas e os documentos setecentistas) fornecem indícios de uma possível ligação histórica entre os povos Araxá e Kayapó do sul, até então tratados como inimigos. E é sobre isso que abordaremos agora.

Vejamos primeiramente a questão do termo “Araxá”, possivelmente uma palavra de origem tupi-guarani, popularizado no sertão através da língua geral falada na então colônia, e que foi utilizado para classificar um povo indígena, cuja autodenominação desconhecemos e, muito provavelmente, era bem diversa. Similarmente, temos o caso dos Xavante, um povo da família Jê cujo termo em tupi-guarani significa “aquele que peleja a peito descoberto”⁴⁸, mas que se autodenominam “A’uwe”. Ao que parece, alguns memorialistas se basearam na possibilidade do termo “Araxá” ser tupi-guarani como um fato irrefutável para classificá-lo nessa família linguística.

Todavia, o caso dos próprios Kayapó do sul não é diferente ao dos Xavante e Araxá, pois em tupi-guarani há duas versões: a primeira delas, semelhante a macaco (TURNER, 1992); a segunda, “o que traz fogo na mão” (ATAÍDES, 2006, p. 63). Contudo, um dos povos conhecidos como Kayapó do sul nos séculos XVIII e XIX, que se autodenomina Panará⁴⁹, pode nos fornecer uma pista importante para pensarmos em uma ligação histórica entre aqueles e os Araxá. O termo Kayapó – assim como Bororo –, segundo uma fonte setecentista, eram “nomes genéricos e não específicos”⁵⁰, sendo direcionados a um conjunto de povos indígenas do Brasil central, muito provavelmente aparentados, culturalmente semelhantes e, possivelmente, pertencentes ao Tronco Macro-Jê e à família Jê.

Voltemos aos Panará: antes da retomada do contato com os não-indígenas (ocorrido na primeira metade da década de 1970), as aldeias “se visitavam e mudavam de lugar para se juntar a parentes ou para fugir de lutas entre facções e clãs.” (ARNT et al., 1998, p. 73), evidenciando a prática da guerra interna, ou intraétnica. Recorrendo às reflexões do antropólogo Cesar Gordon

⁴⁸ Doc.: Escrito de Francisco Tosi Colombina sobre os índios Acroás e Xacriabás aldeados por Vencesláu Gomes da Silva [...], Goiás, 1753. Arquivo Histórico Ultramarino - Projeto Resgate – Rede de Memória – AHU_ACL_CU_008, caixa 9, documento 617.

⁴⁹ Sobre os Panará, ver: GIRALDIN, op. cit.; ARNT et al., 1998; EWART, 2013.

⁵⁰ Doc.: Parecer do Conselho Ultramarino sobre os insultos e hostilidades cometidos pelos índios nas circunvizinhanças das Minas de Goiás e das guerras que se tem feito contra eles, Lisboa, 29/04/1744. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Rede Memória – AHU_ACL_CU_008, caixa 3, documento 237.

(2006, p. 123), quando ele trata de outro povo Jê aparentado aos Panará, os Mebêngôkre, as guerras internas “visavam também o rapto de mulheres e crianças, configurando uma espécie de reciprocidade negativa, em que mulheres circulavam entre as aldeias por meio da força”. Esses ataques intercomunitários garantiam o afluxo de status, distintividade, beleza e dominação, sendo que a aldeia atacada poderia ser reintegrada ao grupo (GORDON, 2006).

Assim, o já descrito ataque Kayapó do sul que culminou no desmantelamento dos Araxá em meados do século XVIII, com a morte dos homens e o rapto das mulheres e crianças, guarda uma semelhança com um povo aparentado daqueles indígenas. Mais um possível indício da ligação até agora demonstrada entre os Kayapó do sul e os Araxá. Do que foi exposto, acreditamos que há uma possibilidade muito mais evidente da proximidade dos Araxá com os povos da família Jê – especialmente de um grupo genérico como os Kayapó do sul –, do que com os tupi.

Se neste artigo abordamos os Araxá em uma perspectiva histórica – o século XVIII –, pesquisas futuras que envolvam os Araxá atuais, residentes no município homônimo, podem lançar luz sobre o passado desse povo, contribuindo ainda mais para a compreensão de uma possível ligação histórica. Os eventos históricos narrados em meados dos setecentos ganharam diferentes contornos e interpretações com o passar dos séculos. Portanto, eles ainda se apresentam sob um manto que começa (e necessita) ser desnudado. Para o bem da história dos indígenas no Brasil.

Referências

ALVES, D. S. **Do alto do Espia:** gentios, calhambolas e vadios no Sertão do Campo Grande – século XVIII. Dissertação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2017.308>

AMANTINO, M. **O mundo das feras:** os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVIII. São Paulo: Annablume, 2008.

ANDERSON, R. O mito de Zumbi: implicações culturais para o Brasil e para a diáspora africana. **Revista Afro-Ásia**, n. 17, 1996. pp. 102-3. <http://dx.doi.org/10.9771/aa.v0i17.20859>

ARNT, R. et al.; **Panará:** a volta dos índios gigantes. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1998. p. 73.

ATAÍDES, J. M. de. A chegada do colonizador e os Kaiapó do Sul. In: MOURA, M. C. O. de. **Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural**. Goiânia: Editora UCG/Ed. Vieira/Ed. Kelps, 2006. pp. 51-88.

BACZKO, B. **Los imaginários sociales: memorias y esperanzas coletivas**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.

CARDOSO, Â. dos S. Cópia de uma carta assinada por Ângelo dos Santos Cardoso, secretário de governo do governador e capitão-general de Goiás, D. Marcos Noronha, data de 1749 e constante na **Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei Dom José, sobre a carta do governador e capitão-general de Goiás, [Conde dos Arcos], D. Marcos de Noronha [...]**. Lisboa, 14 /11/1750. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Rede Memória – AHU_ACL_CU_008, caixa 6, documento 456.

CARTA da Camara de Tamanduá á Rainha Maria I a cerca de limites de Minas-Geraes com Goyaz. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano/Volume 02, 1897, p. 372-388.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. p. 13.

COLOMBINA, F. T. **Escrito de Francisco Tosi Colombina sobre os índios Acroás e Xacriabás aldeados por Vencesláu Gomes da Silva [...]**, Goiás, 1753. Arquivo Histórico Ultramarino - Projeto Resgate – Rede de Memória – AHU_ACL_CU_008, caixa 9, documento 617.

COSTA, W. **Araxá: da maloca ao palácio**. Goiânia: Gráfica O Popular, 1987.

ELIADE M. **Mito e Realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ESPIG, M. J. Ideologia, mentalidades e imaginário: cruzamentos e aproximações. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n. 10, 1998. pp. 151-167. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6220>

EWART, E. **Space and society in Central Brazil**. A Panará ethnography. London; New York: Bloomsbury Academic, 2013.

FARAGE, N. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FERNANDES, R. S. Indígenas na historiografia mineira: estudo de caso. **Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade**. Franca, ANPUH/SP, 2010. Disponível em: http://snh2011.anpuh.org/resources/download/1280371879_ARQUIVO_indigenasnahistoriografiamineira-anpuhsp.doc - Acesso: 28/12/2020 às 16h33.

FREITAS, L. G. **O sal da guerra: padre Antônio Vieira e as tópicas teológico-jurídicas na apreciação da guerra justa contra os índios**. Tese, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

GIRALDIN, O. **Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 57.

GORDON, C. **Economia selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre.** São Paulo: Editora Unesp: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006. p. 123.

GUARINELLO, N. L. História científica, história contemporânea e história cotidiana. **Revista Brasileira de História**, vol. 24, n 48, 2004. pp. 13-38. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000200002>

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

JOSÉ, O. **Indígenas de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1965.

LIMA, G. T. N. **O diamante líquido: história, memória e turismo na cidade balneária de Araxá.** Uberlândia: EDUFU, 2016.

LIMA, G. T. N.; MORI, R. Caiapós, Araxás, Bororos, Geralistas... conflitos revelados, identidades e memórias construídas no Sertão da Farinha Podre nos séculos XVIII e XIX. **Revista Caminhos da História**, v. 17, n. 1 e 2, 2012. pp. 217-238.

MANO, M. Sobre as penas do gavião mítico: história e cultura entre os Kayapó. **Revista Tellus**, ano 12, n. 22, jan./jun., 2012. pp. 133 – 154.

MELLO, J. M. de. Carta do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Mello, endereçada ao Rei Dom José, escrita em 12 de abril de 1765. Transcrição de Robert Mori. **Revista Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v.26, n.1, jan./jun. 2013. <https://doi.org/10.14393/cdhis.v26i1.19583>

MEMÓRIAS cronológicas, que dizem relação ao q forão enviados a Cidade de S.Paulo para descobridores de Minas de ouro de Sabarabuçú [...]. São Paulo, 20/12/1766. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Rede Memória – I-30, 24, 3.

MONTANDON, L. S. Os índios Arachás. In: _____. **Vamos conhecer Araxá.** Uberaba: Fóton, 1987. pp. 13-14.

MORI, R. **Os aldeamentos indígenas no Caminho dos Goiaes: guerra e etnogênese no “Sertão do Gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre) – séculos XVIII e XIX.** Dissertação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

MORI, R. **Mundos em transformação: guerras e alianças entre os Jê e os luso-brasileiros nos sertões da América portuguesa – século XVIII.** Tese, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.6004>

MOURÃO, M. J. de A. **Ofício do ex-ouvidor-geral de Goiás, Manuel Joaquim de Aguiar Mourão, ao governador e capitão-general de Goiás D. Francisco de Assis Mascarenhas [...].** Vila Boa, 30/12/1804. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Rede Memória – AHU_ACL_CU_008, caixa 48, documento 2776.

NAVARRO-SWAIN, T. Você disse imaginário? In: _____ (org.). **Histórias no plural**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

NIMUENDAJU, Curt. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mapa%20Nimuendaju%202017%20vers%C3%A3o%20Jorge%2004092017.pdf> . Acesso: 19/07/2021 às 9h33.

NORONHA, M. de. **Carta do [governador e capitão-general de Goiás, conde dos Arcos], D. Marcos de Noronha, ao rei [D. José] [...]**. Vila Boa, 24/01/1751. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Rede Memória – AHU_ACL_CU_008, caixa 6, documento 465.

NORONHA, M. de. **Carta do [governador e capitão-general de Goiás], D. Marcos de Noronha, ao rei [D. João V], [...]**. Vila Boa, 29/12/1749. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Rede Memória – AHU_ACL_CU_008, caixa 5, documento 427.

O'GORMAN, E. **A invenção da América**: reflexão a respeito da estrutura histórica do novo mundo e do sentido do seu devir. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 29.

ORTNER, S. B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, M. P.; ECKERT, C.; FRY P. H. **Conferências e diálogos**: saberes e práticas antropológicas. Blumenau: Nova Letra, 2007. pp. 45-80.

PARECER do Conselho Ultramarino sobre os insultos e hostilidades cometidos pelos índios nas circunvizinhanças das Minas de Goiás e das guerras que se tem feito contra eles. Lisboa, 29/04/1744. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Rede Memória – AHU_ACL_CU_008, caixa 3, documento 237.

PEDROSO, D. M. R. **O povo invisível**: a história dos Avá-Canoeiros nos séculos XVIII e XIX. Goiânia: UCG, 1994.

PERRONE-MOISÉS, B. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, M. C. da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. pp. 115-132.

PESAVENTO, S. J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, vol. 15, nº 29, 1995. pp. 9-27.

PONTES, H. de A. **Notícia estatístico-chorographica e histórica do município de Araxá**. Belo Horizonte: Secretaria da Agricultura Serviço de Estatístico Geral, 1928a.

PONTES, H. de A. Araxá: formação histórico-administrativa. In: CARVALHO, H. **Álbun de Araxá**. São Paulo: Typographia Gutenberg, 1928b. pp. 7-19.

PONTES, H. de A. **História de Uberaba e a civilização no Brasil Central**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.

Povos Indígenas no Brasil:
<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Trememb%C3%A9> - Acesso:
30/12/2020 às 12h22.

RAMOS, D. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp. 164-192.

RAVAGNANI, O. M. Os primeiros aldeamentos na província de Goiás: Bororo e Kaiapó na Estrada do Anhanguera. **Revista de Antropologia**, vol. 39, n. 1, 1996. pp. 221-244.

RESENDE, M. L. C. de. **Gentios brasílicos.** Índios coloniais em Minas Gerais setecentista. Tese, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS. Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p. 130-1, p. 130.

RODRIGUES, R. et al. Acervos arqueológicos musealizados e gestão no MaNa-UFU: possibilidades de interpretações, apropriações e ressignificações no diálogo com as histórias, identidades, alteridades e etnicidades indígenas regionais. **Revista de Arqueologia**, vol. 34, n. 1, jan./abr., 2021. pp. 89-109.
<https://doi.org/10.24885/sab.v34i1.849>

SANTOS, M. C. dos; FELIPPE, G. G. Protagonismo como substantivo na História indígena. In: _____ (orgs.). **Protagonismo ameríndio de ontem e hoje.** Jundiaí, Paco Editorial: 2016. pp. 13-52.

SENNA, N. de. Os índios do Brasil. Memoria ethnographica. **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano/Volume 13, 1908. pp. 145-218.

SILVA, G. D. da. **Carta do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva ao rei [D. João V], [...].** Goiás, 02/09/1735. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Rede Memória – AHU_ACL_CU_008, caixa 1, documento 17.

SILVA, S. D. e; CARDOSO, C. **Subsídios para a história de Araxá e duas palavras sobre o Triângulo Mineiro.** Publicação até 1890. [s.l.: s.n. 1890?].

SOUZA, L. de M. e. Norma e conflito. Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas – Minas Gerais, 1769. In: _____. **Norma e conflito:** aspectos da história de Minas do século XVIII. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. pp. 111-137.

TURNER, T. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CUNHA, M. C. da (org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. pp. 311-338.

URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, M. C. da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. pp. 87-102.

VASCONCELLOS, D. de. **Historia antiga das Minas Geraes**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1904.

WEITZEL, A. H. **Folclore literário e linguístico**; pesquisas de literatura oral e de linguagem popular. Juiz de Fora: EDUFJF, 1995.

ZEMA, L. Nascimento de Araxá. In: ZEMA, L. **Águas de Araxá**. Belo Horizonte: Tamoios Editora Gráfica LTDA, 1998. pp. 7-10.

ZERON, C. A. de M. R. **Linha de fé**: A Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.